



Jornal do Brasil – 10 Mar 2004

Senado vota MP do setor elétrico

Emendas são rejeitadas, mas texto voltará à Câmara dos Deputados para aprovação final

O Senado encerrou ontem a votação do novo modelo do setor elétrico do país. Foram rejeitados todos os destaques - partes do texto que são analisadas separadamente - da medida provisória que estabelece as principais regras, aprovada semana passada. Além disso, os senadores aprovaram a MP 145, que cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal encarregada de planejar a expansão do setor elétrico brasileiro.

Como na votação de quinta-feira os senadores fizeram modificações no texto enviado pela Câmara dos Deputados, essa medida provisória retorna à Câmara, que poderá aprovar ou vetar as modificações feitas no Senado. Depois, o projeto de conversão da medida provisória poderá ser transformado em lei.

Com o novo modelo, o governo espera que os aumentos de tarifa sejam menores nos próximos anos. Há três itens no projeto que, de acordo com o governo, permitem que os reajustes sejam mais suaves: as distribuidoras terão de comprar energia por meio de um pool que realizará leilões de energia pelo menor preço; leilões de concessão para construção de novas usinas vencidos por quem oferecer menor tarifa; e proibição de que distribuidoras comprem energia de geradoras do mesmo grupo econômico.

Com o pool, o preço da energia das usinas mais antigas (menor) será misturado ao preço da energia das usinas novas (mais caro), resultando em tarifas médias menores. Já os leilões de concessões para a construção de novas usinas ganhos por quem oferecer a menor tarifa impedem que o preço pago no ágio (modelo anterior) seja repassado para o preço de energia.

A proibição para distribuidoras comprarem energia de geradoras do mesmo grupo impede o repasse para o consumidor de energia comprada a preços maiores do que os de mercado pelas distribuidoras.

Também foi aprovada ontem a medida provisória que cria uma nova empresa estatal, a EPE (Empresa de Pesquisa Energética). Essa empresa, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, deverá fazer os estudos para definir quais são os projetos de construção de usinas de geração de energia e de construção de linhas de transmissão que devem ser licitados pelo governo.

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, lamentou a rejeição do destaque que garantia às distribuidoras o direito de repassar para as tarifas do consumidor os custos da energia comprada nos leilões do pool. Segundo ele, pelo texto atual, não está garantido este direito. No entanto, ele diz que isso poderá ser resolvido durante o processo de regulamentação da nova legislação.